

Os trotskistas e sua contribuição à interpretação do Brasil

Michel Goulart da Silva¹

Resumo: Neste ensaio discute-se as principais contribuições teóricas da primeira geração dos trotskistas no Brasil desenvolvidas no texto “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”. Para tanto, são apresentados os principais temas e argumentos desenvolvidos no documento e sua possível relação com elementos presentes na obra de Caio Prado Júnior e de Florestan Fernandes. Para desenvolver esta discussão, são analisados os textos produzidos pelos trotskistas e alguns dos livros dos autores mencionados acima. Procura-se demonstrar, além da originalidade da produção trotskista em relação às elaborações stalinistas da época, o impacto das teses trotskistas no pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: Marxismo. Trotskismo. Mario Pedrosa.

Abstract: This essay discusses the main theoretical contributions of the first generation of Trotskyists in Brazil, developed in the text “Sketch of an analysis of the economic and social situation in Brazil”. To this end, the main themes and arguments developed in the document are presented and their possible relationship with elements present in the work of Caio Prado Júnior and Florestan Fernandes. To develop this discussion, texts produced by Trotskyists and some of the books by the authors mentioned above are analyzed. It seeks to demonstrate, in addition to the originality of Trotskyist production in relation to the Stalinist elaborations of the time, the impact of Trotskyist theses on Brazilian social thought.

Keywords: Marxism. Trotskyism. Mario Pedrosa.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
E-mail: michelgsilva@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3281-3124>.

Introdução

Em 1987, ao apresentar uma coletânea de textos produzidos pela primeira geração de trotskistas no Brasil, um de seus fundadores, Fúlvio Abramo, afirmou que no “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” foi feita, “pela primeira vez no Brasil, um esforço sério para compreender a formação nacional a partir da situação de colônia e, depois, de país independente”, em contraste ao PCB, que “*não levantara qualquer estudo sério sobre a caracterização da situação nacional*” (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 36). Nesse texto, “foram examinadas as características do capitalismo brasileiro, os impasses da centralização do poder do federalismo brasileiro e as forças políticas em luta naquele momento” (KAREPOVS, 2017, p. 51). O documento, assinado por M. Camboa e L. Lyon, pseudônimos de Mario Pedrosa e Lívio Xavier, respectivamente, ambos fundadores das primeiras organizações trotskistas no Brasil, foi publicado em fevereiro de 1931.

O “Esboço” foi elaborado em um contexto de fortes divergências internas no interior do PCB que culminou na formação de oposições à direção do partido, no final dos anos 1920. Nesse processo surgiu o Grupo Comunista Lênin (GCL), entre 1929 e 1930, em torno de militantes saídos do PCB, como Mário Pedrosa, Lívio Xavier, João Costa Pimenta e Rodolpho Coutinho, entre outros. Formado inicialmente com o objetivo de conferir unidade teórica e política ao grupo, a nova organização buscava “a homogeneidade com as teses centrais defendidas pelos opositoristas de esquerda e Trotski” (MARQUES NETO, 1993, p. 130). O GCL atuava publicamente por meio do jornal *A Luta de Classe*, onde foi publicado o “Esboço”. Com a criação da Liga Comunista do Brasil (LC) em janeiro de 1931, observa-se uma maior organicidade política e teórica entre os trotskistas, que passaram a atuar de forma mais organizada no movimento operário.

Neste ensaio, procura-se apresentar as principais contribuições teóricas da primeira geração dos trotskistas no Brasil, especialmente a

síntese desenvolvida no “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”. Para tanto, em uma primeira parte, são apresentados os temas e argumentos desenvolvidos no documento pelos trotskistas. Em uma segunda parte do ensaio, são analisados alguns elementos presentes na obra de Caio Prado Júnior e de Florestan Fernandes que dialogam com as ideias trotskistas e mostram a contribuição dessa corrente para o desenvolvimento da interpretação acerca do Brasil.

Os trotskistas e a crítica ao stalinismo

Escrito em meio ao processo de articulação em torno da política da Oposição de Esquerda em âmbito internacional e sob influência das ideias de Leon Trotsky, o texto é produto tanto da elaboração de análises acerca da conjuntura, marcada centralmente pela chamada “revolução” de 1930, como do estudo empírico acerca da formação brasileira, que também se expressou em outros documentos produzidos pelos trotskistas a partir da década de 1930. Embora escrito por Pedrosa e Lívio Xavier, o “Esboço” foi resultado do debates entre os militantes que formavam o GCL e, depois, a LC. Ou seja, é uma elaboração que traduziu o acúmulo das discussões realizadas por esses grupos em relação ao caráter da formação social brasileira e, por conseguinte, acerca das tarefas que se colocavam para os militantes marxistas naquela conjuntura. Observa-se no “Esboço” uma clara delimitação com as teses defendidas pelo PCB, que via “no Brasil apenas confrontos entre campo e cidade, entre conservadores e progressistas, entre imperialismo inglês e americano” (KAREPOVS, 2017, p. 51).

O PCB, até aquele momento, tinha como principal elaboração teórica uma brochura escrita por Octávio Brandão, intitulada *Agrarismo e industrialismo*, publicada em 1926. Em 1931, Aristides Lobo, que também participou do grupo de fundadores do trotskismo do Brasil, definia o texto de Brandão como uma análise “antimarxista desastrosa” (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 75). Em análise recente, Bianchi

(2012, p. 139) afirmou que “os limites da obra são evidentes e não são muito diferentes daqueles específicos do marxismo brasileiro na época: superficialidade, diletantismo e, principalmente, desconhecimento da teoria marxista”.

O texto de Brandão, expressando as ideias stalinistas em germinação no interior do PCB, defendia que na sociedade brasileira predominavam os “agraristas”, ou seja, os latifundiários aliados aos financistas ingleses, setor contra o qual se insurgiam os “industrialistas”, ou seja, industriais e pequeno burgueses. O embate político era assim descrito:

Dominado por esse agrarismo econômico, bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele. O agrarismo político é a dominação política do grande proprietário. O grande no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumieira e a servidão nos alicerces (BRANDÃO, 2006, p. 36).

Essa caracterização tinha como consequência uma posição de apoio ao setor das classes dominantes considerado progressista:

Lutaremos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial – a 1789 brasileiro, o nosso 12 de março de 1917 – aos seus últimos limites, a fim de, transposta

a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária, comunista (BRANDÃO, 2006, p. 133).

Caberia ao proletariado, nesse cenário, lutar ao lado dos “industrialistas” contra os “agraristas”, até a vitória destes e a consolidação de uma revolução burguesa no Brasil. Nessa perspectiva de “empurrar a revolução burguesa” se desdobrava o início da ideia de superação do “passado feudal” ou dos “resquícios feudais”, que caracterizam ao longo do século as elaborações teóricas e políticas do PCB. Brandão (2006, p. 145) deixa essa perspectiva explícita, quando afirma que “a política industrial marcha para superar a política feudal, isto é, os grandes burgueses industriais marcham para a conquista do poder político”. Embora ainda em germinação, estavam dadas as bases para as ideias de “revolução por etapas” e de apoio à “burguesia progressista”, tão caras ao stalinismo no Brasil.

O “Esboço” apresenta uma perspectiva diferente daquela de Brandão e do PCB. Pedrosa e Xavier afirmam que o Brasil, desde o início de sua história, esteve ligado ao mercado capitalista internacional:

A burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade. A produção agrícola colonial foi destinada desde o começo aos mercados externos. O Brasil foi, no século XVII, o principal produtor de açúcar do mundo. Dos dois eixos de colonização, Bahia – Pernambuco e São Paulo – Rio de Janeiro, o primeiro alcançou sobre o segundo uma vantagem considerável (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 64-65).

Pedrosa e Xavier identificam a nascente burguesia brasileira com os cafeicultores do estado de São Paulo:

Todas as condições necessárias para a grande produção estavam reunidas: terras virgens, ausência de rendas fundiárias, possibilidade de maior exposição na produção, numa palavra,

possibilidades de monocultura. Assim, o cafeicultor faz convergir simultaneamente todos os seus meios de produção para um único objetivo e, por conseguinte, obtém benefícios até então desconhecidos. O tipo de exploração determinou, portanto, prosperidade favorável ao desenvolvimento do capitalismo sob todas as suas formas (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 66).

Partindo dessa perspectiva, pode-se concluir que não havia uma efetiva oposição entre industrialistas e agraristas, mas somente tensões conjunturais que não se materializavam na defesa de projetos políticos com diferenças significativas. O Brasil, ao participar no mercado capitalista mundial desde a colonização, deixava de lado qualquer possibilidade de as classes agrárias apresentarem hostilidade ao capitalismo. Além disso, a posição do Brasil como colônia fornecedora de matérias-primas ao mercado europeu moldou decisivamente as características que o capitalismo assumiu no país.

Pedrosa e Xavier ressaltavam que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu paralelamente à sua integração na economia mundial. Pedrosa e Xavier enfatizam o caráter desigual e combinado do capitalismo no plano internacional, onde os “países coloniais” possuem seu ritmo próprio de desenvolvimento. Essa peculiaridade se define pela combinação dos elementos mais desenvolvidos do capitalismo com condições materiais e culturais que remetem a formações pré-capitalistas. Segundo Trotsky (2007, p. 21),

[...] o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica, as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo, combinado.

Essa compreensão, que remete especialmente aos países dominados pelo imperialismo, alude “à aproximação das distintas

etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas” (TROTSKY, 2007, p. 21). Na elaboração dos trotskistas brasileiros, essa ideia é reforçada quando os autores do “Esboço” analisam o surto industrial e a maior penetração capitalista no Brasil. Em determinado momento do documento, afirmam:

As lutas políticas que a República conheceu até agora e que se produzem, geralmente, por ocasião das eleições presidenciais, desenrolam-se ao redor dos grupos políticos dominantes no estado de São Paulo. A diferenciação econômica entre os estados da federação acentua-se cada vez mais. A burguesia de São Paulo, aliada à de Minas Gerais, conquistou o governo federal. Os representantes parlamentares dos estados secundários tornaram-se representantes do poder central nos estados, ao invés de - segundo a ficção constitucional - representar os estados juntos ao poder central. Mas o processo econômico estendeu-se pouco a pouco a todo o território brasileiro e o capitalismo penetrou todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 67).

Portanto, ainda que de forma desigual, as relações de produção capitalistas se desenvolveram no Brasil, numa interrelação entre as condições econômicas e políticas nacionais e internacionais. Nesse processo, segundo a explicação dos trotskistas, “o Brasil integra-se cada vez mais à economia mundial e entra na esfera de atração imperialista. Com a Grande Guerra e o protecionismo, o crescimento industrial acentuou-se, complicando as relações de classe e os problemas decorrentes” (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 67-8).

Uma das consequências desses limites no desenvolvimento capitalista e sua relação orgânica com o imperialismo passa justamente pela fragilidade das classes dominantes, que se mostram objetiva e subjetivamente incapazes de encabeçar um processo de transformação

social, ou seja, uma revolução burguesa. Nesse sentido, afirmam os autores do “Esboço”:

A penetração do imperialismo é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas e as contradições de classe. O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, mal permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 68).

Essas elaborações expressam claramente a influência do pensamento de Leon Trotsky, em especial da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Um elemento dessa influência passa justamente pela compreensão da incapacidade política da burguesia em fazer uma revolução e consolidar um regime democrático aos moldes da Europa. Nesse sentido, Pedrosa e Xavier escreveram que, por conta da submissão ao imperialismo,

[...] a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – sua covardia (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 68).

Essa compreensão se desdobra na posição política de que não caberia aos marxistas a perspectiva de unidade com quaisquer frações da burguesia. Pelo contrário, contra a revolução por etapas stalinista,

se colocava a necessidade da independência de classes para lutar pela revolução socialista, que necessariamente deveria assumir as tarefas não cumpridas pela burguesia, lutando contra o latifúndio e a burguesia industrial e seus aliados imperialistas.

O exemplo dessa necessidade de independência se mostrou na “revolução” de 1930, que, segundo os trotskistas, não significou nada mais do que a reorganização das frações burguesas no controle do Estado. Pedrosa e Xavier apontavam no “Esboço” que o caráter reacionário da burguesia tinha como consequência um processo de centralização do aparato estatal. Nesse sentido, o levante ocorrido em outubro de 1930 revelava que o processo de centralização no Brasil ainda não havia encontrado uma fórmula definitiva:

O levante atual marca um momento desse processo. Os Estados revoltados procuram resolver pelas armas a violenta contradição que opõe a forma política federativa ao desenvolvimento pacífico das forças produtoras. A burguesia brasileira procura uma forma conciliadora entre a tendência à centralização do governo e a forma federativa, garantia da unidade política do Brasil (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 72).

Os trotskistas, ao não buscarem nas disputas entre as frações burguesas um segmento pretensamente progressista, também foram capazes de identificar a tendência ao bonapartismo, que caracterizou o governo de Getúlio Vargas. Os trotskistas, portanto, identificaram com precisão um processo político que marcou as instituições políticas durante todo o século no Brasil. Cabe lembrar que

[...] o bonapartismo classicamente se configurava como uma situação de equilíbrio histórico entre classes/grupos dominantes antagonistas, colocando o poder executivo do Estado sob o domínio de um indivíduo, em uma situação de autonomia relativa, na qual ele alcança poder ditatorial sobre outras partes

do Estado e sobre a sociedade, de tal forma que serve às classes/grupos dominantes sem parecer ser seu representante e se apoiando sobre uma parte das classes dominantes (KAREPOVS, 2017, p. 71).

Esse fenômeno, ainda que de forma embrionária, começava a ser analisado no documento de 1931. Naquele contexto, os trotskistas afirmavam:

Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos. A contradição que faz com que o imperialismo - ao revolucionar permanentemente a economia dos países que lhe são submetidos - atue como fator reacionário em política encontra a sua expressão nos governos fortes e na subordinação da sociedade ao poder executivo (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 68-9).

No final do texto, Pedrosa e Xavier afirmam que qualquer conquista para os trabalhadores viria apenas de sua própria luta e organização. Nesse sentido, segundo afirmavam, a tarefa mais urgente passava pela “criação de um verdadeiro partido comunista de massas, capaz de conduzi-lo para sua tarefa histórica: a instauração de uma ditadura proletária e a salvaguarda da unidade nacional mediante a organização do Estado soviético” (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 74). Essa era a tarefa prática a que se dispunham, ao procurar articular os diferentes setores que rompiam com o PCB e construir uma nova organização política que procurasse responder à resolução dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores.

Os trotskistas e as interpretações do Brasil

Com esta elaboração produzida no começo da década de 1930, os trotskistas brasileiros apresentavam uma análise que, apesar das poucas páginas, não apenas explicava os elementos estruturais que marcavam aquela conjuntura como relacionam ao processo de formação econômica e política do Brasil. O texto mostrava que

[...] as disputas entre parcela da classe dominante não significam uma cristalização de posições, nem um alinhamento definitivo das partes em relação às potências capitalistas. Há, sobretudo, uma disputa pela hegemonia política para manter privilégios econômicos de um setor ou de outro. O imperialismo aparece na análise com todo o seu cosmopolitismo, ao contrário da divisão mecânica feita pelo Partido, e a burguesia nacional no seu todo apresenta-se dependente da economia mundial capitalista (MARQUES NETO, 1993, p. 183).

Esse primeiro esboço de uma interpretação marxista do Brasil teve a importância não apenas de orientar politicamente os marxistas, contra o seguidismo stalinista à direção burguesa pretensamente progressista, como também influenciou a produção acadêmica posterior. Muitos pesquisadores, entre os quais Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, a partir de estudos empíricos realizados posteriormente, demonstraram uma certa aproximação com as teses apresentadas por Pedrosa e Xavier.² Embora esses dois pensadores não tenham feito uma adesão explícita ao trotskismo, ao desenvolver suas elaborações criticam a postura esquemática e mesmo simplista das posições teóricas e políticas stalinistas, procurando, como Trotsky

² Essa aproximação teórica de Caio Prado e Florestan Fernandes com Trotsky é analisada por Melo (2018).

e outros dirigentes e teóricos marxistas, construir uma perspectiva teórica que tenha como centro a estratégia da revolução.

Caio Prado Júnior, que foi militante do PCB, acaba por se afastar de parte das teses stalinistas defendidas pelo partido. Em seu trabalho sobre a formação do Brasil, publicado em 1942, ao estudar o período colonial, aponta para a relação de dominação assumida em relação aos países centrais, afirmando que

[...] nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isso. É com tal objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (PRADO JR, 2011, p. 29).

Essa dominação teve início desde o processo de colonização, observando-se

[...] um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (PRADO JR, 2011, p. 28).

Disso desdobra uma relação econômica particular, assim caracterizada:

[...] de um lado, na sua *estrutura*, um organismo meramente produtor, e constituído só para isso: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e grande massa da população que lhe serve de mão de obra. Doutro lado, no *funcionamento*, um fornecedor de comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua *evolução*, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável, no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país (PRADO JR, 2011, p. 134).

O pesquisador também chama a atenção para o caráter fragmentado da administração colonial:

O Brasil não constituiu, para os efeitos da administração metropolitana, uma unidade. O que havia nesta banda do oceano, aos olhos dela, eram várias colônias ou províncias, até mesmo “países”, se dizia às vezes, que, sob o nome oficial de *capitanias*, se integravam no conjunto da monarquia portuguesa, e a constituíam de parceria com as demais partes dela (PRADO JR, 2011, p. 322).

Caio Prado Jr. identifica o desenvolvimento do capitalismo com suas particularidades e dinâmica, que se dão tanto por características próprias como pela relação com os países centrais. Embora sem usar a terminologia trotskista, cujas posições conhecia, Caio Prado chama a atenção para o caráter desigual e combinado dessa relação, demonstrando como esse processo afeta a formação econômica e social do Brasil.³

³ Caio Prado demonstra conhecer as posições trotskistas, por exemplo, em documentos

Em outro estudo de Caio Prado Júnior, originalmente publicado em 1945, acerca da história econômica do Brasil, a ideia geral de desenvolvimento desigual e combinado também se faz presente. Entre outras afirmações, destaca-se uma passagem em particular:

Sobrarão nesta internacionalização da vida econômica brasileira, um punhado de atividades marginais que vegetam ao lado e em torno das grandes iniciativas internacionais de que o país é levado a participar. Não as alcançaram ainda os tentáculos do imperialismo porque não o interessam por ora. A sua existência é obscura e precária. São como estas pequenas oficinas de artesão que sempre conseguem sobreviver, por mais obsoletos que sejam, ao lado da grande usina moderna, poderosa e absorvente. Mas, assim mesmo não se pode considerar de todo autônomas. Condensam-se em torno dos grandes eixos imperialistas que cruzam o país, e convergem necessariamente para eles, servindo-os em última instância, e se subordinando a seus caprichos e interesses (PRADO JR, 2004, p. 279-80).

Portanto, o autor chama a atenção para a existência do “arcaico” e do “moderno”, que não são contraditórios entre si, mas que se imbricam e interrelacionam. Embora não faça uma adesão explícita ao trotskismo, Caio Prado se coloca em divergência com relação às teses do PCB, para o qual o “moderno” deveria superar o “atrasado”, sendo que, em realidade, esses diferentes elementos se complementam e, a despeito de divergências conjunturais, apontam para a subordinação ao domínio imperialista. Essa particularidade da obra de Caio Prado foi enfatizada pelo próprio Florestan Fernandes. O sociólogo afirma que Caio Prado, em sua obra,

como “Carta a correligionários do PCB”, de novembro de 1932, e “Carta para Livio Xavier”, de setembro de 1933. Para mais informações, Cf. Pericás (2013).

[...] enfatiza a permanência de um nexos colonial que muitos investigadores consideram extinto. Na verdade, a internacionalização do modo de produção capitalista requer esse componente, porque as multinacionais – com tecnologia, instituições, ideologia e sistema de poder – se implantam nos países hospedeiros e neles restabelecem a dominação direta, a partir de dentro e insensível à soberania da “nação emergente”. No conjunto, a forma de dominação é ultracomplexa, diferenciada e flexível, abrangendo múltiplos nexos de controle a distância. Eles ocultam a recuperação e a reciclagem do parceiro empresarial mais fraco e a chamada “rendição silenciosa” da nação satelizada (FERNANDES, 2021, p. 15).

Na obra de Florestan Fernandes, a aproximação com o trotskismo é mais explícita, na medida em que o sociólogo participou das fileiras do Partido Socialista Revolucionário (PSR), ainda na década de 1940.⁴ O próprio Florestan Fernandes relatou essa experiência política, referindo-se à sua adesão ao PSR:

A militância que ficava ao meu alcance, não era intensa nem profissional. Contudo, o fato de pertencer aos quadros da IV Internacional abriu-me novas responsabilidades e esperanças, outros horizontes. Vargas e sua ditadura eram um alvo imediato. A revolução proletária fixara-se como o objetivo essencial (FERNANDES, 1992, p. 76).

Essa aproximação com o trotskismo ficou evidente em diversos textos de Florestan Fernandes, inclusive em sua principal obra, acerca da revolução burguesa no Brasil, publicada em 1975.⁵ Florestan

⁴ O PSR foi uma das primeiras organizações trotskistas do Brasil, criada no final da década de 1930, tendo como seu principal dirigente Hermínio Sacchetta.

⁵ Na obra *A revolução burguesa no Brasil*, na bibliografia de referência, observa-se a

Fernandes, assim como os trotskistas, “apontou para as particularidades do desenvolvimento econômico, que se daria de forma diferente dos esquemas clássicos, colocando para os revolucionários, em seu contexto, tarefas diferentes daquelas a que se propunham” (SILVA, 2020, p. 3). O sociólogo entendia que “o sistema colonial forçava um tipo de acomodação que retirava da grande lavoura qualquer poder de dinamização da economia interna” (FERNANDES, 2005, p. 42). Portanto, no conjunto,

[...] o contexto socioeconômico em que se projetava a grande lavoura no sistema colonial anulou, progressivamente, o ímpeto, a direção e a intensidade dos móveis capitalistas instigados pela situação de conquista animados durante a fase pioneira da colonização. Isolado em sua unidade produtiva, tolhido pela falta de alternativas históricas e, em particular, pela inexistência de incentivos procedentes do crescimento acumulativo das empresas, o senhor de engenho acabou submergindo numa concepção de vida, do mundo e da economia que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista (FERNANDES, 2005, p. 43).

Essa forma de organização da economia impactou no desenvolvimento da burguesia:

presença do livro de Trotsky sobre a luta dos comunistas e a ascensão do nazismo na Alemanha, traduzido no Brasil por Mario Pedrosa, em 1933. Observa-se também a menção ao economista trotskista belga Ernest Mandel, com seu *Tratado de economia política*, ao trotskista argentino Jorge Abelardo Ramos, com sua *História da nação latino-americana*, e ao trotskista mexicano Adolfo Gilly, com seu clássico *A revolução interrompida*. Florestan Fernandes também menciona, nas mesmas referências, um artigo do intelectual trotskista Michael Lowy. Entre os autores brasileiros, são citados os estudos de alguns pesquisadores que militaram no trotskismo, como Moniz Bandeira, Boris Fausto e Edmundo Muniz.

[...] várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades, mais se justapõem do que se fundem, e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual se definem seus interesses comuns.   dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de domina o de classe (FERNANDES, 2005, p. 240).

Como consequências dessas particularidades, formou-se

[...] uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a moderniza o ao âmbito empresarial e às condi es imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico (FERNANDES, 2005, p. 242).

O desenvolvimento desigual e combinado evidencia-se nestas e em outras passagens. Além disso, a particularidade e conseqüente fraqueza da burguesia foi retomada por Florestan Fernandes em outras obras. Em um dos ensaios reunidos no livro *Poder e contrapoder na América Latina*, afirma:

A base econômica e social do desenvolvimento capitalista faz com que, na grande maioria dos países da América Latina, os estratos burgueses sejam muito débeis, em porte e em capacidade de decisão. Em síntese, as "condi es objetivas" da transforma o capitalista são demasiado fracas e descontínuas para alimentar saltos constantes em suas "condi es subjetivas". A busca das "vantagens do pequeno número" sofre uma erosão destrutiva, em termos da *mentalidade capitalista*, compelindo a burguesia, coletivamente, a privilegiar suas rela es com o mercado mundial, a fortalecer unilateralmente sua *posi o de poder* e a evitar riscos

que podem ser transferidos para os “parceiros externos” e para a coletividade, pela mediação do mercado externo, da dominação paternalista ou do Estado (FERNANDES, 2015, p. 94).

Florestan em diversos momentos chamou a atenção para a necessidade de que a análise não deveria se prender a esquemas pré-definidos. Para o sociólogo, conforme escreve em sua principal obra, além de não existirem “as condições e os processos econômicos que davam lastro ao funcionamento dos modelos econômicos transplantados nas economias centrais”, boa parte desses modelos econômicos “não tinha por meta criar processos econômicos de desenvolvimento interno análogo aos que eram produzidos pela integração das economias centrais (FERNANDES, 2005, p. 112-113). Como consequência.

[...] a modernização econômica associada à extinção do estatuto colonial e à implantação de um Estado nacional independente não tinha por fim adaptar o meio econômico brasileiro a todos os requisitos estruturais e funcionais de uma economia capitalista integrada, como as que existiam no Europa (FERNANDES, 2005, p. 114).

Esse desenvolvimento econômico tinha como objetivo atender aos interesses econômicos que prevaleciam nas relações do Brasil com os países dominantes, despojando, “a revolução burguesa dos atributos que definiram a sua grandeza histórica na evolução da civilização moderna” (FERNANDES, 2015, p. 118). O sociólogo observa que “os países capitalistas retardatários possuem certas peculiaridades e se defrontam com um novo tipo de capitalismo no plano mundial” (FERNANDES, 2005, p. 258). No caso brasileiro, se moldou ao tipo de capitalismo que nasceu da confluência da economia de exportação com a expansão do mercado interno. Nesse processo,

[...] a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa da desigualdade social e do subdesenvolvimento (FERNANDES, 2005, p. 258).

Como consequência, a burguesia brasileira se mostrou incapaz de conciliar o modelo de desenvolvimento capitalista que se impôs de fora para dentro com os velhos ideais da Revolução Burguesa. Com essas elaborações, rejeita claramente

[...] os esquemas prontos, produzidos principalmente pela tradição stalinista, presentes entre numerosos teóricos marxistas do período, que previam sequências fixas de modos de produção para o desenvolvimento da sociedade ou que apontavam para a impossibilidade de se pensar na transformação socialista da sociedade brasileira (SILVA, 2020, p. 3).

As valiosas contribuições teóricas por parte dos trotskistas não pararam no “Esboço”, abarcando tanto temas teóricos como questões conjunturais. Por meio de suas elaborações, estava explícito, desde a década de 1930, a caracterização acerca da burguesia, que, mesmo diante da “revolução” de 1930, “sente-se fraca e dividida, sem forças para resolver sequer as tarefas de ‘reforma’ e ‘moralização’ que se propôs como justificativa política da cavalgata guerreira de outubro” (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 94). Como consequência disso, segundo o que os trotskistas afirmavam em outro documento, o desenvolvimento “de nação que se industrializa, no quadro da economia colonial, impede que a evolução das formas de dominação política da burguesia se faça nos quadros normais da democracia” (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 140). Por isso, como ficaria evidenciado

posteriormente, especialmente na obra de Florestan Fernandes, não houve uma revolução burguesa, mas apenas a acomodação das classes dominantes à realidade e à dinâmica imperialista.

Considerações finais

Coube à primeira geração de trotskistas, por meio da elaboração coletiva sistematizada por Pedrosa e Xavier, apresentar o método e os elementos centrais de análise, que permitiram compreender o desenvolvimento do capitalismo e a revolução burguesa no Brasil. Por meio dessa análise, foi possível melhor compreender a relação com o imperialismo e como isso se relaciona ao processo de dominação econômica desde o período colonial. Por outro lado, ao apontar para as relações desiguais e combinadas, em âmbito nacional e internacional, foi possível compreender processos políticos complexos e fundamentais, como a “revolução” de 1930.

Os trotskistas, com isso, acabaram por influenciar diferentes gerações de intelectuais. Na medida em que apontavam um caminho diferente daquele traçado pelo PCB, que procurava apenas adaptar as teses stalinistas à realidade brasileira, os trotskistas mostraram elementos de contradição e dinâmica, ao embasar suas colaborações na tese do desenvolvimento desigual e combinado. Com isso, ao apontar métodos e elementos de análise, ainda que de forma embrionária, os trotskistas influenciaram a compreensão da dinâmica do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Referências

- ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (orgs.). *Na contracorrente da história: documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940*. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.
- BIANCHI, Alvaro. “Octavio Brandão e o confisco da memória: nota à margem da história do comunismo brasileiro”. *Crítica Marxista*, n.34, p. 133-149, 2012.
- BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- FERNANDES, Florestan. Depoimento sobre Hermínio Sacchetta. In: *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas, Pontes, 1992.
- FERNANDES, Florestan. Os enigmas do círculo vicioso. In: PRADO JÚNIO, Caio. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FERNANDES, Florestan. *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.
- KAREPOVS, Dainis. *Pas de politique Mariô!* Mario Pedrosa e a política. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.
- MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

- MELO, Franklin Rabelo de. *Incidências trotskistas em Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes*. 2018. 152 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. Caio Prado Júnior: 'Carta a correligionários do PCB' (1932) e 'Telegrama para a Embaixada da União Soviética' (1968). *Margem Esquerda*, n. 10, p. 111 - 117, 2013.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SILVA, M. G. da. "Florestan Fernandes e o marxismo". *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 01–06, 2020.
- TROTSKY, Leon. *História da revolução russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.